

AGRICULTORES ■■▶ Trás-os-Montes a braços com crise sem precedentes ■■▶ Suspensão do Agris piora situação

Dois mil em risco de falência

■ Ermelinda Osório

Mais de dois mil agricultores da região de Trás-os-Montes e Alto Douro "correm risco sério de falência", depois da suspensão do programa Agris, e graças à "crescente burocratização, com mudança das regras a meio do jogo, por parte das entidades competentes do Ministério da Agricultura, no que toca ao programa Agro". A denúncia é de Armando Carvalho, responsável da Fragorural - Federação das Associações Agro-Florestais Transmontanas.

Segundo aquele dirigente, "a acrescentar aos problemas já existentes, motivados pelas sucessivas reformas da Política Agrícola Comum, a falta de escoamento da batata e outros produtos, dos vitelos, mais o aumento do IVA, e a situação dramática causada por incêndios e seca, o Governo suspendeu o programa Agris".

Esse programa foi, segundo a Fragorural, "o único que desde a adesão à União Europeia veio contemplar investimentos à pequena agricultura, revelando-se um sucesso na área respeitante à Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, onde foram aprovados 5900 projectos de um total de dez mil em toda a região Norte". Agora, há projectos que têm vindo a ser candidatados desde há um ano, que motivaram investimentos e pedidos de



Problemas com apoios agravam dificuldades dos agricultores

empréstimos pelos agricultores, que estão sem financiamento. É o caso de Edite Matos, a braços com um investimento de 50 mil euros para aquisição de alfaías e máquinas agrícolas, que não vislumbra "solução para o futuro na sua produção de vinho", em Vila Real.

No que toca ao programa Agro, a situação também não é melhor. Manuel Coelho, horticultor de Sabrosa começou com o processo em 2002, em conjunto com a esposa, porque "era permitido associarem-se. Mais tarde, fomos obrigados a constituir sociedade, oficialmente. A seguir disseram-nos que aquele tipo de sociedade não servia e alterámos tudo. Agora, já tenho vergonha de ir ao IFADAP, porque me dizem sempre para esperar. Isto depois de investir cerca de 80 mil euros e não receber um

cêntimo ao final de três anos", explica.

Armando Carvalho lembra que "além de serem necessários papéis sem fim, as regras estão sempre a mudar e com retroactivos". É o caso de uma recente circular, que os agricultores querem suspensão, no que toca a projectos já aprovados. O documento aplica-se a "investimentos já realizados e documentados há mais de um ano", e ao contrário do que acontecia antes "exige uma conta específica para a gestão financeira do projecto, com acesso aos movimentos bancários por parte do IFADAP, e não permite aquisições com numerário, entre outras questões. A Fragorural denuncia, ainda, o incumprimento sistémico por parte do Governo nos pagamentos da formação profissional.

PARLAMENTO ■■▶ Seca é prioridade

Ministro recomenda seguros agrícolas

■ "Temos de ser rígidos", afirmou o ministro da Agricultura na Comissão Parlamentar. O PSD insistiu em confrontar Jaime Silva com a não declaração da situação de calamidade provocada pela seca e recebeu do responsável da tutela uma resposta peremptória: "Apenas uma minoria dos agricultores portugueses tem seguro e quando há crises graves - e eles sabem-no - só beneficia dos fundos quem" os tem.

Jaime Silva considera inadmissível que desde 1986 os sucessivos governos tenham feito campanhas sobre a necessidade de seguros e só uma minoria dos agricultores o tenham feito. "Faz parte da economia de mercado. Todos os Estados membros o fazem. Temos de ser rígidos", insistiu, sublinhando que a "seca não poderá ser argumento para se desvirtuar o regime de seguros, que irá ser revisto".

Os agricultores poderão continuar a recorrer às linhas de crédito e, as pequenas explorações serão isentas dos descontos para a Segurança Social durante seis meses.

O ministro irá discutir com a comissão europeia os problemas da agricultura portuguesa. Mariann Fischer Boel verá os efeitos da seca no terreno e problemas de outras culturas, como os citrinos no Algarve.

As medidas contra a seca, prevenção de fogos e defesa da



Ministro Jaime Silva

floresta, assim como da produção do vinho, hortofruticultura e olival são as prioridades do Governo. Um grupo de trabalho foi constituído para, durante um ano, discutir e aprovar as orientações da política agrícola para os próximos sete anos.

Quanto às florestas, o ministro defende a existência, a curto prazo, de apenas uma direcção responsável pela tutela. Jaime Silva sustenta que a maioria dos fogos resulta de queimadas proibidas. Um dos principais problemas, considera, é que 88% da floresta divide-se em explorações de menos de três hectares, pelo que o Governo vai privilegiar a gestão activa das florestas. Isto é, o associativismo entre as pequenas explorações. **Alexandra Inácio**